**Roteiro para Apresentação de “Fundamentos Ético-teológicos da Economia Humana...”**

1 – **O Conteúdo Sintético das Cinco Partes:**

1. Introdução (duas páginas);
2. Fundamentação Ético-teológica – 24 páginas;
3. Diálogo e Confronto de Éticas Econômicas- 7 páginas;
4. Conclusões Finais – 2 páginas.

2- **JUSTIFICATIVA DO ENFOQUE**

**3- Outras Justificativas**

**2- Justificativa do Enfoque Ético-teológico**

A escolha do enfoque ético teológico está diretamente associada à Mensagem do Papa Francisco, cuja proposição do estudo e prática de “...***uma economia que faz viver e não mata, inclui e não exclui, cuida criação e não depreda...”*** antecipa valores e critica antivalores, respectivamente, de uma economia prospectiva, em confronto com a economia real contemporânea, objeto de crítica contundente por sua identificação com os antivalores denunciados.

Há outros enfoques previsíveis face à referida Mensagem, como sejam, por exemplo – realizar diferentes formas de prospecção ou resgate histórico de experiências de economia social e solidária, tendo em vista a construção da alternativa almejada. Essas teses vêm sendo perseguidas por diferentes caminhos, nos muitos enfoques críticos às exacerbadas condições de desigualdade social geradas pela economia convencional, especialmente no Brasil.

Há várias experiências nacionais e internacionais na perspectiva de melhorias das condições de desigualdade, desemprego e degradação ambiental, três problemas que suscitam isoladamente ou em conjunto manifestações de políticas estruturantes, ora diretamente na linha da Economia de Francisco, ora independentemente dessas inspirações. No primeiro caso, destacamos alguns trabalhos gerados para o Encontro Nacional da Economia de Francisco (PUC- São Paulo – 18 e 19 de novembro), identificados pelas autorias de Ladislaw Dowbar (1), Carlos Vainer (2) e Claudio Nascimento (3).

Já no segundo caso, das propostas independentes (da iniciativa sobre a Economia de Francisco), ora em debate nacional ou mundial na presente conjuntura, merecem destaque:

1. A proposta redistributiva de renda e riqueza globais de Thomas Pikety in “Capitalismo e Ideologia”, sintetizada no jornal “El Pays – Caderno Ideas” – 24-11-2019.
2. A proposta brasileira do filósofo Mangabeira Unger (versão verbal em entrevista ao ex-candidato presidencial Ciro Gomes – Programa ‘Repare Bem” – Youtube (meados de novembro de 2019).
3. As propostas redistributivas de renda e riqueza em circulação na campanha partidária norte-americana dos candidatos – Bernie Sanders e Elisabeth Warner, divulgadas no segundo semestre de 2019

(Breves comentários)

**2.1- Porque é importante o debate ético, em geral; e em especial o debate ético-teológico para o campo das igrejas cristãs, em especial.**

Entendo a Mensagem do Papa Francisco como uma provocação temática de sentido profético. A expressão que propõe – “Economia de Francisco” é muito mais uma metáfora, que um conceito acadêmico definido, sendo o Encontro de Assis e congêneres, espaços de reflexão para se ir fazendo aproximações sucessivas em torno da utopia. Assim, iriam-se criando espaços pragmáticos de reflexão e troca de experiências com vistas à superação dos graves problemas econômicos da atualidade, exacerbados depois da crise econômica global de 2008.

O enigma a decifrar – “Economia de Francisco”-, comporta e requer vários enfoques, explicitamente como os que mencionei, além de muitas outas iniciativas em paralelo, que já ocorrem no Brasil, como no mundo e que devem se multiplicar nos próximos anos, sinalizando amplo anseio por mudanças no sistema econômico global.

Por outro lado, o enfoque ético que escolhi para o meu trabalho, parece-me precedente a quaisquer mudanças de rumos à economia real contemporânea. Essa mudança de rumos em alguns textos e falas daquelas que citei, está claramente pressuposta; e em outros, ora parece que está, ora não. O exemplo peculiar em dúvida é o da reforma tributária mundial proposta por Thomas Pikety (‘EL Pays – 24-11-2019) (4), cujo cerne consiste na taxação da grandes fortunas e redistribuição entre jovens que completam 25 anos, sem, contudo, afetar os fundamentos utilitários da economia real. Confia-se firmemente, que a mudança distributiva de renda e riqueza no sentido da igualdade, é argumento suficiente à mudança estrutural do sistema econômico.

Por sua vez, em países de fora do centro da economia global, no caso - o Brasil em particular, propõem-se também mudanças nas situações de desigualdade e pobreza (ver proposta de Mangabeira Unger – nota n. 5), que tem por pressuposto, forças sociais criativas de uma pequena burguesia empreendedora, ora movidas por certa teologia da prosperidade, que alegadamente estariam aptas a se engajarem em programa amplo de modernização tecnológica de última geração, propiciado por ação estatal, com que se enfrentaria simultaneamente desafios do desemprego e baixa produtividade da economia informal .

O autor (Mangabeira Unger) identifica essas forças emergentes, especialmente com as correntes dos evangélicos pentecostais e igualmente a uma teologia a lhes justificar iniciativas – a chamada teologia da prosperidade.

Independentemente das diferenças importantes das propostas citadas – de Thomas Pikety e Mangabeira Unger, temos em comum a ambos o pressuposto ético da manutenção dos fundamentos da economia real, bastando para tal mover a distribuição de renda e riqueza em direção às forças sociais identificadas – gerações mais jovens (Thomas Pikety) e grupos pentecostais e assemelhados, movidos pela pulsão utilitária e justificados pela teologia da prosperidade, no exemplo citado.

Mas essas mudanças não tocam nos fundamentos do sistema. E sem essa discussão, corremos o risco do chamado ‘vôo de galinha’, ou para usar uma parábola evangélica “fazer remendo de tecido novo em pano velho’.

O critério ético tem a serventia de se propor responder à pergunta central – qual é o sentido da economia que se está almejando alcançar, de sorte a que este sentido se ponha como norma do agir econômico do sistema que se está construindo. E essa norma não pode ser a mesma da economia capitalista contemporânea, cujo rumo está fechado no utilitarismo individual associado ao progresso técnico, causa eficaz do sucesso econômico seletivo, como também da desigualdade social. Mas, a construção dessa nova economia é assunto complexo, que não se resolve abstratamente, senão que em longas travessias de transição, em que a disputa de valores éticos na caminhada estará permanentemente em interação dialética.

Por sua vez, os critérios teológicos, ou ético teológicos nos servem para balizar no interior das Igrejas Cristãs, evidentemente com repercussões públicas gerais, o significado da economia humana e ecológica resgatado a partir de uma narrativa dos Evangelhos. É para este empreendimento que dedico a maior parte do meu trabalho, tendo presente a necessidade de construir uma narrativa ético-teológica capaz de dialogar com as muitas iniciativas de reforma em curso, como também criticar as propostas explícitas ou implícitas de autossuficiência dos mercados.

Obviamente que as propostas de economia solidária, associativismo, organização de novas experiências de cooperação, experiências de transição ecológica etc., são todos exemplos concretos pontuais a serem resgatados. Mas sem o discernimento ético de sentido da economia que praticam, correm sempre o risco do ‘tecido novo em pano velho’. Isto mesmo quando se tem por pressuposto, de partida, um programa de transição para superação do estilo convencional.

Não esqueçamos, que o utilitarismo individual associado ao progresso técnico está entranhado como fim e não como meio, no agir econômico das muitas gerações que se formaram há mais de dois séculos de completa hegemonia de um sistema econômico, o mesmo que nos legou profunda crise estrutural e ética do capitalismo neste início do Sec. XXI.

**2.2-A Precedência do Enfoque Ético Explícito Face as Armadilhas das Propostas de Reforma: Reminiscências Históricas e Teóricas**

A primeira constatação a fazer, aparentemente óbvia, qual seja de que nos encontramos já nos anos 20 do Sec. XXI, precisa, entretanto, ficar demarcada; para que possamos a partir de aí encadear uma série de razões lógicas e históricas justificativas da precedência que intitula esse tópico.

**i-)** Não é novo o debate da igualdade econômica, principalmente em situações de crise econômica e/ou reconstrução econômica como foram respectivamente os anos 30 do século passado e depois os anos do imediato pós II Guerra Mundial. Nestes citados cenários, tínhamos por um lado à crítica do capitalismo do ponto de vista do socialismo real e por outro, as várias vertentes do keynesianismo, incluindo aí também o Estado do Bem-Estar Social; ambas com propostas de mudança do modelo de capitalismo liberal, seja por ruptura revolucionária, seja por reforma social.

Por distintas razões ou preconcepções, o enfoque da ética econômica ou quaisquer considerações sobre teorias do valor econômico foram consideradas estranhas a esse debate, ora qualificado como assunto menor da superestrutura ideológica da sociedade, pelo marxismo ortodoxo; ora como tema metafísico e extra econômico, pelos arautos do positivismo científico. Não se os considerava na agenda de reformas, pelo menos explicitamente.

É bem verdade, que John M. Keynes nos anos 30, tem clareza de que o desemprego cíclico e a má distribuição de renda são problemas endógenos do capitalismo (Cap. 20 da “Teoria Geral...”). Mas a reforma econômica que recomenda, seja pela via da ação complementar do Estado na criação do emprego, seja pela via da redistribuição de rendas, pressuposta no ‘Wellfare State”; mantêm, contudo, inalteradas as bases do agir econômico na sua teoria do capital (de Keynes), cujo foco é exclusivo no utilitarismo individual em aliança com o progresso técnico (cálculo prospectivo da Eficácia Marginal do Capital e da Taxa de Juros em concorrência em todos os mercados), como determinantes do investimento.

Não obstante, mesmo na teoria do capital e do dinheiro de Keynes, o autor já prevê, nas crises, o motivo da preferência pelo dinheiro líquido como uma espécie de armadilha radical do sistema – ‘a eutanásia do rentista’, de implicações muito mais sérias ao capitalismo do futuro, mesmo que ainda não previsíveis neste momento histórico (ano 30 do Sec. XX).

**ii-)** Mas se o debate sobre igualdade de renda e riqueza que se fez no século passado prescindiu da discussão ética-econômica; na terceira década do Sec. XXI temos um outro contexto histórico. Atualmente, as próprias instituições gestadas ao abrigo do keynesianismo em aliança com o Estado do Bem-Estar estão submetidas a duros golpes de redução ou extinção; e a capacidade de investir de muitos estados nacionais se vê crescentemente restringida por vários fatores, destacadamente pelo próprio endividamento junto ao sistema financeiro privado.

O sistema financeiro, por sua vez, submetido às ligações com o sistema financeiro global, promove uma espécie de restauração completa dos princípios do utilitarismo individualista casado às novas tecnologias e persegue avidamente as formas líquidas do capital, tudo mais lhes sendo caudatário. E nesse contexto, se praticam políticas neoliberais cada vez mais dependentes da dinâmica exclusiva dos mercados, que se veem frequentemente acossados pelas crises financeiras, endógenas ao funcionamento do próprio sistema.

O contexto histórico geral, com peculiaridades nacionais, é de exacerbação do utilitarismo, sem contrapesos do ‘Wellfare State’ e do investimento público interno; mas com três graves problemas que se agravaram sobremaneira depois de 2008 – o desemprego estrutural, a desigualdade de renda e riqueza e as mudanças climáticas planetárias de raiz econômica. E o sistema reage na crise perseguindo cada vez mais avidamente as muitas formas de obtenção do dinheiro líquido, muito bem diagnosticadas in “Economicae et Pecuniariae Questiones (6).

Ora, se o sistema econômico tem por finalidade o ganho utilitário como regra de comportamento normal; e agora impõe pela aliança neoliberal do Estado com os mercados autorregulados a conduta utilitária aos domínios que outrora foram espaços de diálogo com a economia humana, a exemplo dos sistemas de saúde pública, educação básica, previdência social etc., sob a égide do sistema financeiro; fica muito claro que mudanças do sistema , sob o enfoque da igualdade, não se farão sem discutir o próprio sentido da economia real. Mantido intacto, o sistema retorna às suas determinações endógenas, a exemplo do mito do Rei Midas – aquele que optando por transformar em ouro tudo que tocasse, converteria quaisquer dos seus toques, mesmo os mais simples e afáveis gestos humanos, em ouro puro.

iii-) Uma economia real utilitária em uma sociedade protegida dos muitos riscos da pobreza e da desigualdade, pressupõe um Estado Social redistribuidor de renda e riqueza. E para este funcionar, segundo este papel, são requeridos: finanças sociais no duplo papel da tributação progressiva e do gasto social aplicando o princípio da justiça distributiva (‘tratar desigualmente os desiguais para promover a igualdade”). Mas isto somente é possível sob condições de certo consenso ético-político. Abalado ou rompido este consenso, o sistema tende a retroagir às suas determinações utilitárias individuais, com todas as consequências da desigualdade social que lhes são inerentes.

Por seu turno, esse Estado Social começa a ser colocado em xeque pela pretensão onipresente do sistema econômico, no sentido da conversão dos bens públicos oferecidos pelo Estado Social em mercadorias como outras quaisquer. Isto para se impor requer formas regressivas do Estado Social, apelidadas de ‘reformas’. Nestas, determinadas necessidades humanas sob o abrigo do direito, são convertidas em mercadorias adquiríveis nos mercados, deixando-se de fora do acesso os cidadãos portadores de necessidades, mas não dotados de renda e riqueza suficientes para adquirir os seguros privados correspondentes – na saúde, na educação, na previdência, no mercado de trabalho etc.

A consequência das reformas regressivas é ir, de forma paulatina ou abrupta, jogando doentes, inválidos, desempregados, anciãos, órfãos e viúvas pobres em situação permanente de desproteção, cada qual cuidando do seu estado por conta própria. Este é o destino cruel da vida em sociedade desse estilo de economia política, regido pela ‘ética’ exclusiva dos mercados. Por aí dá para entender o sentido da Mensagem do Papa Francisco ao usar as disjuntivas que destaca: “***...uma economia que faz viver e não mata, inclui e não exclui, cuida da criação e não depreda...”***

**iv-)** Economia e vida humana digna e saudável como finalidade da economia, que é o debate ético proposto, precisa enfrentar a questão do sentido da economia real. Se não fizermos este questionamento, com certeza, a determinação endógena dos mercados autorregulados o fará. Mas o faz de maneira completamente invertida, qual seja,pela exclusão daqueles e daquelas que não se inserem nos limites mercantis estritos, aplicando-lhes as tesouras da oferta e procura como mecanismos assépticos da “banalidade do mal”.

O debate de sentido da economia humana e ecológica que se faz no presente contexto contem exigências imediatas e de longo curso. No primeiro caso, para ir abrindo saídas de proteção e solidariedade sociais às muitas vítimas da crise econômica e da regressão neoliberal. E no segundo caso, porque precisamos reconstruir o próprio sistema socioeconômico gerador de iniquidades, que é um projeto de longa travessia.

**3-) Concluindo a Justificativa do Enfoque Ético**

Longas caminhadas movidas pela esperança de transformações pessoais e coletivas demandam meios materiais de subsistência, mas sobretudo consciência da possibilidade concreta de mudança dos estados carência, deficiência e incapacidade transformarem-se em- saciedade, capacidade e liberdade. Para comunicar tal transformação é ilustrativo mostrar um caminho crítico de economia humana, que tem o poder iluminador de acender esperanças na caminhada e ir assumindo concretamente as respostas do imediato, a partir das energias que já estão no meio social.

Escolhemos o referencial do caminho crítico de Jesus de Nazaré comunicado nos Evangelhos, escolhendo falas e atos, direta ou indiretamente vinculados à economia humana e ecológica e de crítica às idolatrias econômicas do seu tempo.

O sentido ético humanizador da economia e da vida social ao longo deste caminho crítico e sua iluminação teológica ao final (morte e Ressurreição), dão sentido profundo à economia humana dos nossos dias; e fazem ao mesmo tempo a crítica contundente das muitas idolatrias que se sobrepunham e ainda se se sobrepõem às economias reais da história, guiados por valores alienantes do viver e fazer viver com dignidade.

**NOTAS REFERENCIAIS**

1. – Ladislaw Dowbar - *‘Economia de Francisco – Por uma economia a serviço do bem comum’ –*Proposta preliminar em 23-08-2019 ao Encontro da Associação Brasileira da Economia de Francisco (ABEF), programado para 18 e 19 de novembro. O autor lista neste texto preliminar dez pontos essenciais a discutir.
2. Carlos Vainer – *Outras Economias e outros Modos de Vida São Possíveis: Sete Teses para Discussão da Economia de Francisco –*texto referencial preparado paro o Encontro da ABEF em São Paulo (disponível na internet – ‘site’ da ABEF).
3. Claudio Nascimento – *Novas Economias, novas esperanças – Passos para economia mais humana e inclusiva –*texto referencial preparado para o encontro da ABEF em São Paulo –(disponível no ‘site’ da ABEF.
4. Thomas Pikety – longa entrevista ao jornal espanhol “El Pays” –Cadernos Ideas de 24-11-2019.
5. Mangabeira Unger – entrevista a Ciro Gomes no programa – “Repare-bem”, no Youtube -(meados de novembro de 2019).
6. Documento do Vaticano da Congregação para Doutrina da Fé *Economicae et Pecuniariae Questiones* – (disponível na internet)